

Coordenador:  
**CARLOS ALBERTO ÁLVARO DE OLIVEIRA**

Colaboradores:

Carlos Alberto Alvaro de Oliveira  
Daisson Flach  
Daniel Mitidiero  
Danilo Knijnik  
Guilherme Rizzo Amaral

Hermes Zaneti Júnior  
Pedro Luiz Pozza  
Rodrigo Mazzei  
Sérgio Luís Wetzel de Mattos

## **A NOVA EXECUÇÃO**

Comentários à Lei nº 11.232, de 22 de dezembro de 2005

EDITORA FORENSE

Rio de Janeiro  
2006



<http://bdjur.stj.gov.br>

**Localização: 347.95.(81)**

**N935e**

**Código de barras: STJ00063584**

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

N811

A nova execução: comentários à Lei nº 11.232, de 22 de dezembro de 2005 / Carlos Alberto Álvaro de Oliveira (Coordenador)... [et al.]. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

Inclui bibliografia

ISBN 85-309-2432-0

1. Brasil. (Lei nº 11.232, de 22 de dezembro de 2005). 2. Execuções (Direito) -Brasil. 3. Processo civil - Brasil. I. Oliveira, Carlos Alberto Álvaro de.

06-1394 CDU 347.95(81)(094.5)



## ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Nota Prévia do Coordenador</i>	XIII
Lei nº 11.232, de 22 de dezembro de 2005	1
1. Objeto da legislação de reforma	1
Art. 1º	3
2. Adaptação do Código à nova sistemática	3
Art. 162	4
3. Conceito de sentença	5
Art. 267	9
4. Adaptação terminológica	11
Art. 269	11
5. Resolução de mérito	12
Art. 463	13
6. Adaptação sistemática	13
Art. 2º	15
7. Adaptação topológica	15
Art. 466-A	16
8. Emissão de declaração de vontade	16
9. Consequências da sentença e nova situação	21
Art. 466-B	22
10. Pré-contrato e contrato definitivo	22
11. Consequências da sentença e contrato definitivo	25
Art. 466-C	25
12. Tutela do sinalagma	25
13. Sentença de improcedência	28
Art. 3º	29
14. Introdução	29
15. Breve histórico da disciplina da liquidação: do Código de 1939 à recente reforma	29
16. A quebra da autonomia do procedimento liquidatário na recente reforma	32
17. Casos em que está preservada a autonomia procedimental da liquidação	33
18. Liquidações incidentes na ação executiva e os casos de não-incidência das normas do Título VIII, Capítulo IX, do Livro I do CPC	34
19. Do incidente de concentração das obrigações para entrega de coisa	36
Art. 475-A	39
20. Alcance do dispositivo	40
21. Inaplicabilidade aos títulos extrajudiciais	40



22. Liquidez e condenação genérica	40
23. Breves considerações sobre direito comparado: a condenação genérica e a sentença de liquidação como sentenças parciais de mérito	41
24. A eficácia preponderante da sentença de liquidação	45
25. Efeitos civis de sentenças penais e sua liquidação	46
26. A intimação do devedor do pedido de liquidação	48
27. A liquidação da sentença na pendência de recurso	48
28. A vedação à sentença genérica nas hipóteses do art. 275, II, d e e	49
Art.475-B	51
29. A evolução da liquidação por simples cálculo na reforma do CPC	52
30. Memória discriminada e atualizada do cálculo	54
31. Requisição de dados e conseqüências do descumprimento	55
32. Remessa ao contador por aparente excesso na conta e em razão da gratuidade da justiça. Perseverança do credor e suas conseqüências na extensão dos atos constritivos	57
Art.475-C	58
33. Liquidação por arbitramento	59
Art.475-D	60
34. Procedimento da liquidação por artigos	60
Art. 475-E	61
35. Liquidação por artigos	61
Art. 475-F	61
36. Procedimento comum e liquidação por artigos	61
Art. 475-G	62
37. Autoridade da sentença	62
Art. 475-H	63
38. A disciplina recursal anterior e o novo conceito de sentença	64
39. A natureza jurídica da decisão que julga a liquidação	66
40. Do cabimento de agravo de instrumento	68
41. Dos desdobramentos da nova disciplina dos recursos na liquidação	68
42. Sucumbência	73
Art. 4º	74
43. Introdução	74
Art. 475-1	75
44. Duas sistemáticas para o cumprimento das sentenças. Artigos 461 e 461-A do CPC - obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisa; artigos 475-J, 475-L e 475-M – obrigações de pagar quantia	76



45. Da tutela dos deveres de fazer, não fazer e entrega de coisa: breve resumo	81
45.1. Da tutela dos deveres de fazer, não fazer e entrega de coisa: uso da técnica de tutela mandamental (multa periódica: <i>astreintes</i> )	82
45.2. Da tutela dos deveres de fazer, não fazer e entrega de coisa: uso da técnica de tutela executiva (medidas de sub-rogação)	89
46. Execução provisória e execução definitiva	90
46.1. Transmutação da natureza da execução	92
47. Cumprimento provisório e execução provisória	92
47.1. Da forma de intimação do devedor	94
48. Cumprimento provisório e multa de 10%	96
49. Simultaneidade da liquidação e execução	98
Art. 475-J	99
50. A eliminação do processo de execução autônomo para as sentenças que "condenam" ao pagamento de quantia certa	100
51. Eficácia da sentença, técnicas de tutela e a natureza da sentença do art.1475-J	102
52. Do procedimento de cumprimento e do procedimento de execução	110
53. Procedimento de cumprimento da sentença: desnecessidade de requerimento do credor	110
54. Condenação do devedor, trânsito em julgado e início do prazo para cumprimento voluntário da sentença	111
55. Da liquidez ou possibilidade de imediata liquidação como requisito para o início da contagem do prazo de 15 dias	115
56. Do prazo de 15 dias: possibilidade de adequação, redução ou majoração	416
57. Término do prazo de 15 dias: consequências para o arquivamento do processo e para a contagem de prazo prescricional (prescrição intercorrente)	117
58. Da multa de 10%. Impossibilidade de ampliação ou de substituição pela multa periódica	121
59. Da não-aplicação da multa na hipótese de devedor destituído de patrimônio	124
60. Do procedimento executivo	126
60.1. Do requerimento do credor nos termos do artigo 614, II, do CPC	126
60.2. Do mandado de penhora e avaliação	131
61. Comunicação do devedor	132
62. Da avaliação dos bens penhorados	133



63. Da eliminação da nomeação de bens à penhora e da indicação de bens pelo credor	135
64. Da aplicabilidade da sistemática de cumprimento e execução instituída pela Lei nº 11.232/05 às decisões antecipatórias da tutela	138
65. A inadequação da adoção exclusiva da técnica de tutela condenatória para os deveres de pagar quantia	139
Art.475-L	144
66. Impugnação e embargos	145
67. Requisitos da impugnação do devedor	147
68. Impugnação antes de formalizada a penhora	149
69. Falta ou nulidade da citação	151
70. Exigibilidade do título e ilegitimidade das partes	153
71. Penhora incorreta ou avaliação errônea	153
72. Excesso de execução. Ônus de impugnação específico	155
73. Causas impeditivas, modificativas ou extintivas supervenientes à sentença	157
Art. 475-M	158
74. Efeitos da impugnação do devedor	159
75. Suspensão da execução	161
76. Suspensão <i>ex officio</i>	164
77. Afastamento do efeito suspensivo	165
78. Recursos cabíveis	165
79. Taxa judiciária, custas processuais e honorários advocatícios na impugnação	166
80. Provas no incidente de impugnação	166
Art. 475-N	167
81. Generalidades	167
82. Sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia	168
83. Sentença penal condenatória	173
84. Sentença homologatória de conciliação ou de transação	175
85. Sentença arbitral	176
86. Acordo extrajudicial	178
87. Sentença estrangeira	179
88. Formal e certidão de partilha	182
89. Preceito do parágrafo único	183
Art.475-O	186
90. Cabimento da execução provisória	186
91. Exceções ao cabimento da execução provisória	190
92. Execução provisória na pendência de apelação em execução fiscal	193



93. Atos que podem ser praticados na execução provisória	193
Art. 475-O, I	196
94. Iniciativa e responsabilidade na execução provisória.	
Honorários advocatícios e despesas	196
95. Reparação dos danos na execução provisória	197
Art. 475-O, II	198
96. Volta ao estado anterior na execução provisória	198
97. Terceiro arrematante e volta ao estado anterior	200
98. Arbitramento dos danos	200
Art. 475-O, III	201
99. Momento em que deverá ser prestada a caução na execução provisória	201
100. Idoneidade e suficiência da caução	202
101. Espécies de caução	203
102. Escolha da caução	203
103. Arbitramento do valor da caução	203
Art. 475-O, § 1º	204
104. Reforma parcial da decisão exequenda	204
Art. 475-O, § 2º, I	204
105. Dispensa da caução em crédito decorrente de ato ilícito	204
106. Outras hipóteses de dispensa da caução	205
Art. 475-O, § 2º, II	206
107. Dispensa da caução na pendência de agravo de instrumento destinado à admissão de recurso especial ou extraordinário	207
Art. 475-O, § 3º, I a V	208
108. Extinção da carta de sentença para a execução provisória	208
109. Peças que deverão ser copiadas	209
110. Forma de autenticação das cópias	209
111. Decisão de habilitação	210
112. Autos suplementares	210
113. Execução provisória nos autos principais	210
114. Reminiscências da carta de sentença no Código	210
115. Carta de sentença para averbação de atos registrares	211
Art. 475-P	212
116. Competência para cumprimento da sentença	212
117. Causas de competência originária dos tribunais	213
118. Competência na causa iniciada no primeiro grau de jurisdição	214
119. Competência no caso de sentença penal condenatória, sentença arbitral e sentença estrangeira	214



120. Opção do exeqüente pelo juízo onde se encontram bens passíveis de expropriação ou do atual domicílio do executado	216
Art.475-Q	224
121. Constituição de capital na indenização por ato ilícito compreensiva de alimentos	224
Art. 475-Q, § 1º	225
122. Elementos da constituição do capital	225
123. Impenhorabilidade e inalienabilidade do capital	226
124. Vigência das restrições de poder	226
Art. 475-Q, § 2º	226
125. Substituição do capital por fiança ou garantia real suficiente	227
126. Procedimento da substituição do capital por fiança ou garantia real suficiente	227
127. Substituição do capital por inclusão em folha de pagamento	227
Art. 475-Q, § 3º	228
128. Alteração do montante da prestação alimentar	228
Art. 475-Q, § 4º	229
129. Fixação da pensão alimentícia com base em salário mínimo	229
Art. 475-Q, § 5º	230
130. Cessação da obrigação de prestar alimentos	230
Art.475-R	231
131. Aplicação subsidiária ao cumprimento da sentença das normas que regem o processo de execução de título extrajudicial	231
132. Aplicação do dispositivo	232
Art. 5º	237
133. Inadaptação do capítulo à nova sistemática do Código	237
Art. 741	239
133.1. O art. 741 como norma voltada <i>ao micro modelo processual do Estado</i>	240
133.2. Comparativo entre a nova e a pretérita redação do art. 741	242
134. Mudanças estruturais e apresentação das perplexidades geradas	243
134.1. Honorários advocatícios nas execuções contra a Fazenda Pública	244
135. Lei ou ato normativo declarados inconstitucionais ou interpretados pelo STF como incompatíveis com a norma constitucional	246





135.1. Hipóteses de incidência dos embargos previstos no parágrafo único do art. 741	247
135.2. O problema dos limites da eficácia temporal ( <i>tempus regit actum</i> ), determinação expressa da "solução constitucional" e necessidade de iniciativa processual	250
135.3. Fundamento da decisão de controle de constitucionalidade	253
135.4. Procedência da impugnação	255
135.5. Expressa menção da questão constitucional no julgamento anterior	256
135.6. Outras eficácias sentençiais: impossibilidade de aplicação extensiva da revisão do título constitucional	256
135.7. Enfraquecimento da coisa julgada: da ampliação das prerrogativas do poder público em juízo e o micromodelo processual do Estado	261
135.8. O problema da convalidação de ato normativo formalmente inconstitucional	269
136. Breve exame dos incisos do art. 741 (confronto com o art. 475-L)	272
136.1. Da cognição horizontal limitada	275
136.2. Inteligência do rol do art. 741	275
136.3. Do inciso I do art. 741	277
136.4. Do inciso II do art. 741	277
136.5. Do inciso III do art. 741	277
136.6. Do inciso IV do art. 741	277
136.7. Do inciso V do art. 741	278
136.8. Do inciso VI do art. 741	279
136.9. Do inciso VII do art. 741	280
Art. 6º	281
Art. 1.102-C.	281
137. A Ação monitoria e a Lei nº 9.079/95	282
138. Alterações introduzidas pela Lei nº 11.232/05	283
139. Apego ao Livro I, Título VIII, Capítulo X do (reformado) do Código de Processo Civil	284
140. A impugnação e os embargos na fase executiva	284
141. Do art. 475-1 e a ação monitoria	285
141.1. O título executivo formado na ação monitoria não é uma sentença	286
141.2. Cabimento de execução provisória do mandado monitório	286
142. Da execução contra a Fazenda Pública com base em título judicial obtido em ação monitoria	288
Art. 7º	291



143. Republicação de partes do Código de Processo Civil	291
Art. 8º	291
144. Vigência da lei	292
145. Eventuais problemas de direito intertemporal decorrentes da aplicação do novo diploma legal	292
Art. 9º	295
146. Revogação de dispositivos e de capítulos do CPC	295
Bibliografia	299

